

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.782 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : ELISABETE ZAIRA BASTOS BRAGA
ADV.(A/S) : JULIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA
RECDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO: O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão realizada por meio eletrônico, apreciando o ARE 791.475-RG/RJ, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, reconheceu existente a repercussão geral da questão constitucional nele suscitada, que coincide, em todos os seus aspectos, com a mesma controvérsia jurídica ora versada na presente causa.

O tema objeto do recurso extraordinário **representativo** de mencionada controvérsia jurídica, **passível** de se reproduzir em múltiplos feitos, **refere-se** à questão **pertinente** à “*Eficácia temporal do art. 6º-A da Emenda Constitucional 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional 70/2012, que reestabeleceu a integralidade e a paridade de proventos para os servidores públicos aposentados por invalidez permanente decorrente de doença grave*” (**Tema nº 754** – www.stf.jus.br – Jurisprudência – Repercussão Geral).

Sendo assim, e pelas razões expostas, **determino**, nos termos do art. 328 do RISTF, na redação dada pela Emenda Regimental nº 21/2007, a devolução dos presentes autos ao Tribunal de origem, **para que, neste, seja observado** o disposto no **art. 543-B e respectivos parágrafos** do CPC (Lei nº 11.418/2006).

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator